



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

MEMÓRIAS DO TRABALHO E CONSTRUÇÕES SOBRE O FUTURO: NARRATIVAS DE MULHERES NA VELHICE.

Autora: Carla Maria Lobato Alves

Universidade Federal do Maranhão, carlamaria125@hotmail.com

Resumo: Trata-se de uma parte de minha Tese de Doutorado na qual trabalhei com narrativas de Histórias de Vida de cinco mulheres entre 69 a 83 anos de idade que residem no Abrigo São Vicente de Paulo, Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizada na cidade de São Luís, Maranhão. Através das articulações entre Memória e Histórias de Vida, enquanto recursos teórico-metodológicos, aquelas cinco mulheres resgataram lembranças que consideraram importantes, como a identidade de trabalhadora. Assim, Cristina, Celeste, Nara, Vera e Teodora narraram que trabalharam, respectivamente, como costureira, funcionária pública e costureira, comerciária, telefonista e técnica em contabilidade, mas a falta de informação a respeito do processo de aposentadoria, o consequente recebimento de baixos valores previdenciários, assim como o envolvimento em fraudes financeiras, na fase da velhice, as levaram a residir naquele abrigo. Nesse sentido, elas destacaram os arrependimentos que sentem por não terem pensado, no passado, a respeito da aposentadoria enquanto um “projeto” no qual pudessem resguardar seu “futuro” e evitassem, sobretudo, que fossem morar em uma modalidade de habitação do tipo coletiva como é o Abrigo São Vicente de Paulo.

Palavras-Chave: Memória; Trabalho; Mulheres.

Introdução

As transformações ocorridas no século XX fizeram com que o envelhecimento populacional emergisse mundialmente. Entre os fatores que impulsionaram o aumento da longevidade populacional estão, por um lado, a redução das taxas de mortalidade da população em idade avançada, dos nascimentos, da fecundidade e, por outro, os incentivos na prevenção e no controle de algumas doenças, a partir da produção de antibióticos e vacinas (ALVES, 2011).

No Brasil, existem cerca de 27 milhões de pessoas com mais de 60 anos (grupo etário oficialmente denominado pela categoria idoso), informação apontada pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/2014 (IBGE, 2015)¹. Porém, pesquisas demográficas já indicam que em 2020 o país terá, aproximadamente, 30 milhões de pessoas idosas, chegando a ocupar o 6º lugar entre aqueles com maior

¹ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/2014 divulgados em 13 de novembro de 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Informação disponível no site <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2015.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

número de pessoas em idade avançada no mundo². Aquelas pesquisas também vislumbram o contínuo alargamento do cume da pirâmide etária brasileira (representado pela população em processo de envelhecimento) e o estreitamento de sua base (constituída pela população de crianças e jovens), cujas implicações sociais, econômicas, previdenciárias, de saúde e habitacional não poderão ser menosprezadas pelo Estado, sociedade e família.

A maioria destas pessoas está concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, onde representam respectivamente 11,7% e 11,4% da população total. No contexto nacional, as mulheres com mais de 60 anos de idade (denominadas por idosas) representam 51,3% de toda a população. Elas também vivem, em média, sete (07) anos a mais do que os homens. Esta sobrevida é explicada, sobretudo, pela maior atenção com os cuidados tomados em relação à saúde ao longo de suas vidas. (MICHEL, 2010).

Nos dias atuais, as experiências de velhices ganharam destaque em matérias jornalísticas e programas de televisão brasileiros, relacionando o envelhecimento de homens e mulheres a questões de saúde, bem-estar, previdência social, segurança e lazer nessa fase da vida. Todavia, nem sempre nem

sempre a velhice esteve no “foco” das atenções de amplos setores da sociedade.

A valorização da velhice começou a ocorrer no Brasil em meados da década de 1970, quando alguns profissionais detentores de saberes oficiais a tornaram visível e digna de atenção de políticas públicas. Muitos grupos institucionais, como clubes, corais, universidades, bailes e grupos de convivência foram surgindo, em diferentes proporções, em todo o país. Nesse ínterim, dispositivos legais (leis e políticas sociais) também foram formulados, muito em razão das pressões realizadas pelos movimentos sociais e estudos acadêmicos que, paulatinamente, se consolidavam ao requerer e assegurar juridicamente direitos diferenciados em função do pertencimento a um grupo específico, nesse caso, falo daqueles e daquelas que atingiam os 60 anos de idade. (DEBERT, 2004).

Nesse sentido, considero pertinente ressaltar que o processo de envelhecimento é diferenciado, relacionado a diferentes contextos, estratos socioeconômicos, heterogêneas experiências e diferentes marcadores sociais, como classe social, raça, etnia, gênero e geração, que acabam sendo homogeneizados através de categorias como “velhice”, “velhos”, “idosos” e “terceira idade”.

² Camacho e Coelho (2008, p.280) e Carvalho (2014, p.185).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Pensando nessas questões, busquei analisar experiências de cinco (05) mulheres, na faixa etária dos 69 a 83 anos de idade: Cristina³, Teodora⁴, Vera⁵, Nara⁶ e Celeste⁷. Elas residem no Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP)⁸, Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)⁹ localizada na cidade de São Luís, Maranhão.

³ Cristina nasceu em Vitorino Freire (MA), tem 74 anos, é branca, solteira, heterossexual, cursou o Ensino Médio, trabalhou como costureira e recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC) do INSS.

⁴ Teodora nasceu em São Luís (MA), tem 74 anos, é negra, solteira, heterossexual, cursou o Ensino Médio e técnico de enfermagem, trabalhou como auxiliar de contabilidade e é aposentada pelo INSS.

⁵ Vera nasceu em São Luís, tem 79 anos, é branca, separada, heterossexual, não concluiu o Ensino Médio, trabalhou como telefonista e vendedora e é aposentada pelo INSS.

⁶ Nara nasceu em São Luís, tem 83 anos, é branca, solteira, heterossexual, cursou até a 3ª série do Ensino Fundamental, trabalhou como comerciária e é aposentada pelo INSS.

⁷ Celeste nasceu em Axixá (MA), tem 75 anos, é negra, separada, heterossexual, cursou o Ensino Médio, trabalhou como funcionária pública e, paralelamente, como costureira e ministrava oficinas e cursos em projetos sociais. É servidora pública municipal aposentada.

⁸ O ASVP foi criado em 1953 e está localizado, desde então, no bairro João Paulo. Sua natureza jurídica é filantrópica, sem fins lucrativos e religiosa (católica). Ele funciona em um terreno com casas individuais e ladeadas, no modelo de uma vila, e tem capacidade de abrigar quinze mulheres, mas na ocasião da pesquisa de campo doze (12) residiam no local. As casas medem entre 18m² e 25m², mas cada uma possui uma pequena sala, um quarto, um banheiro, uma cozinha e um pequeno quintal no qual está a lavanderia. (Caderno de campo, fevereiro de 2016). Foi dirigido, inicialmente, pelas freiras vicentinas e, atualmente, é administrado pela Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSVP), núcleo João Paulo.

⁹ A Resolução da Diretoria Colegiada nº283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) define ILPIs como instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em

Através das articulação entre Memória e Historias de Vida, enquanto recursos teórico-metodológicos, procurei compreender quais experiências eram relevantes às experiências de sujeitos mulheres “em processo de envelhecimento”¹⁰ e, dentre as lembranças que consideraram importantes, a identidade de trabalhadora ganhou destaque nas narrativas de Cristina, Teodora, Vera, Nara e Celeste.

Metodologia

Neste estudo, algumas perspectivas teórico-metodológicas são valorizados, como Histórias de Vida e Memória.

Dentro da História Oral¹¹, a História de Vida se ressalta enquanto recurso teórico-

condições de liberdade, dignidade e cidadania. Este termo foi adotado oficialmente para padronizar a nomenclatura daquelas instituições e, sobretudo, para evitar preconceitos relacionados ao termo “asilo”

¹⁰ Utilizo a expressão “pessoas em processo de envelhecimento” como categoria de análise, pois considero o caráter relacional da velhice. Desse modo, não me apego unicamente àquela determinação etária utilizada no Brasil para classificar as pessoas como “idosas” ao atingir os 60 anos de idade, além de considerar que as distinções de classe social, gênero, raça, etnia servem de aporte aos sujeitos em suas relações sociais.

¹¹ De acordo com Marieta de Moraes Ferreira (1998, p.01), a História Oral começou a ser usada na Europa Ocidental e Estados Unidos, nos anos 1950, em pesquisas no meio acadêmico e pelos movimentos sociais ao buscarem o registro oral para valorizar os aspectos sociais, políticos, geográficos, econômicos e culturais que a Historiografia Oficial não considerava como legítimos e, principalmente, “dar voz aos excluídos e marginalizados”. A valorização das narrativas também chegou aos Programas de Pós-Graduação no Brasil, mais especificamente nos cursos de História e Ciências Sociais, no final da década de 1970, com objetivo de “formar acervos de depoimentos orais de diferentes grupos da sociedade brasileira, para ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e

metodológico que nos oferece a possibilidade de captar o que os sujeitos trazem de suas experiências, como as produzem e como as significam. A rememoração constitui-se, então, como um núcleo substancial no qual podemos perceber a presença das condições sociais, contextos histórico e político da constituição das experiências vividas e projetadas.

A História de Vida é uma técnica na qual o narrador relata “sobre sua experiência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (Queiroz, 1998, p. 19). As narrativas ativam as vivências trilhadas por caminhos diversos, reavivando trajetórias que sempre se atualizam e se ressignificam no presente junto àqueles e àquelas que as escutam. Desse modo, pesquisadores e pesquisadoras devem ultrapassar o caráter individual de cada relato, apesar de sua importância, para captar a coletividade do mesmo, ou seja, refletir como foram delineadas as vivências nos diversos grupos, tais como as vivências familiares, profissionais, com amigos, indivíduos de diferentes camadas sociais, gênero e grupos étnicos, as tensões ali produzidas, conflitos e, até mesmo, experiências traumáticas e de violência.

apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população aos benefícios da cidadania”. (Alberti, 2005, p.01).

Assim, apoiei-me nessas assertivas e atribui à Cristina, Teodora, Vera, Nara e Celeste, mulheres que me contaram suas histórias de vida, a denominação de narradoras. Nesse sentido, “sentar” e escutar, atenta e pacientemente, cada uma das cinco (05) mulheres (com as quais trabalhei) desfiarem lembranças e tecerem narrativas de suas histórias de vida é que me designa as funções de ouvinte e intérprete.

Outro aporte teórico que embasa este estudo são os estudos da Memória. O sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006, p.81) é destaque nas análises a respeito das “memórias individuais” e “memórias coletivas”. Ele ressalta que a memória individual sempre está relacionada àquilo que ele denomina de “quadros sociais” da vida humana, ou seja, “o relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Desse modo, as lembranças são recordações de si, de relações que foram mantidas, de valores compartilhados e dos contextos nos quais os sujeitos conviveram e ainda convivem.

Entretanto, o autor acrescenta que por mais que as vivências tenham ocorrido no passado, elas serão reconstruídas “com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparado por outras



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

reconstruções feitas, em épocas anteriores, e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (Halbwachs, 2006, p.88). Isto quer dizer que as recordações podem ser alteradas à medida que, passado algum tempo, a compreensão e análise que os sujeitos fazem daquela circunstância, ou evento, sejam outras.

No Brasil, o trabalho de Ecléa Bosi ganhou projeção nas Ciências Humanas pelo uso da memória enquanto recurso teórico-metodológico. Em *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos* (2004), ao apresentar as narrativas de oito sujeitos, com idade superior aos 70 anos de idade (na ocasião da primeira publicação/ano de 1994), sobre suas vivências na cidade de São Paulo, a autora aponta que aquelas lembranças destacaram interpretações que não estavam incluídas na História Oficial daquela cidade.

Ainda segundo a autora, no processo de reconstrução das memórias a fluidez entre o tempo passado e o tempo presente é bastante perceptível, pois o tempo das lembranças não é linear, isto é, não segue a sequência do tempo cronológico das vivências. É, ao contrário, um tempo “reversível” (Bosi, 2004, p.17) em que passado, presente e projeções futuras se articulam de modo livre e, sobretudo, através de movimentos de avanços e recuos, idas e vindas.

Os trabalhos de Teresinha Bernardo (1993), Ecléa Bosi (2004) e Sandra Sousa (1998 e 2007) também me ajudaram no processo de operacionalização de estudos com a Memória.

Conforme aconselham estas autoras, deixei que Cristina, Teodora, Vera, Nara e Celeste narrassem livremente suas Histórias de Vida (gravadas em formato digital), sendo raras as minhas interrupções (somente quando necessárias a algum esclarecimento). Também não limitei ou estipulei um número de encontros e/ou horas de escuta que teria com cada narradora, pois, assim como Walter Benjamin (1994), considero que nada do que ocorreu um dia pode ser irrelevante ou perdido para a história, uma vez que narração não distingue grandes e pequenos acontecimentos.

Acrescento, também, que o ato de rememorar se realiza em um contínuo e dinâmico fluxo de “ir e vir” nas quais as lembranças do passado, distante ou mais recente, sempre se atualizam e ressignificam acontecimentos, fatos e experiências no tempo presente e, conseqüentemente, as narrativas tecidas “deixam mais soltas as rédeas da imaginação, o que implica numa amplitude maior da narrativa ante a informação”. (Sousa, 2007, p.29).

Desse modo, minha escuta intencionou apreender tensões, contradições, ditos e não-



ditos do que verificar e/ou confirmar datas e acontecimentos, pois as histórias de vida “trazem interpretações, reflexões, elucidações e questionamentos que serão adubados e expostos à luz e ao calor de outras reflexões, interpretações e teorias” (Sousa, 2007, p.31).

Resultados e Discussão

Cristina, Teodora, Nara e Vera mencionaram que recebem o valor de um (01) salário mínimo de aposentadoria (R\$ 880,00/Oitocentos e oitenta e oito reais)¹² por tempo de serviço prestados. Somente dona Celeste referenciou que recebe o valor bruto de, aproximadamente, R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), mas alguns empréstimos consignados lhe fazem receber o valor líquido de R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

Em alguns trechos das narrativas de Vera, Teodora e Cristina foi possível perceber que a preocupação com a aposentadoria não era um ideal ou “projeto de vida” (GOLDENBERG, 2013, p.11), pois devido à distinção feita entre espaço privado e espaço público até meados do século XX, as mulheres não eram orientadas a resolver problemas que envolviam, sobretudo,

questões financeiras ou jurídicas. Essas demandas não eram responsabilidades que lhes fossem inculcadas desde criança, como “atos performativos” de gênero (BUTLER, 2010) uma vez que, em geral, a norma social orientava as mulheres para casar, constituir família e ter filhos. (RAGO, 1985; FREIRE, 1994; BASSANEZZI, 1996 e SOUSA, 1998).

Nesse sentido, muitas mulheres não sabiam quais caminhos deveriam ser percorridos e nem os trâmites burocráticos que deveriam ser acionados para que pudessem ser beneficiadas por ocasião da aposentadoria.

Assim, conforme narraram Vera e Cristina, muitas seguiam suas vidas sem informações sobre leis e políticas sociais, nas quais o “projeto” de futuro financeiro era ausente.

De outro modo, Celeste e Nara pensaram a respeito da aposentadoria e mostraram desenvoltura para resolver burocracias pertinentes àquela temática. Todavia, mencionaram que acabaram caindo em engodos e fraudes financeiras que as levaram a viver no ASVP.

Dona Celeste revelou que alguns empréstimos, em seu nome, foram realizados sem sua autorização. Ela recorda, a seguir, que estava doente e uma amiga se ofereceu para comprar os remédios de que necessitava. Ela entregou sua senha bancária e cartão

¹² Valor das aposentadorias referente ao ano 2016, com base no Decreto 8.618/2015. No ano seguinte, 2017, o valor das aposentadorias passou a ser de R\$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais), segundo a Lei nº 13.152/2015. Em 2018, segundo Decreto 9.255/2017, o valor das aposentadorias passou a ser de R\$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

magnético (com o qual recebe o benefício previdenciário) à amiga, para que esta comprasse os medicamentos. Entretanto, a amiga teria aproveitado a oportunidade para, também, realizar empréstimos (na modalidade Crédito Direto Caixa/CDC Automático), junto ao banco em que dona Celeste recebia sua aposentaria.

Apesar de descobrir o que tinha sucedido, Celeste não quis denunciar a amiga junto aos órgãos de proteção, como Delegacia de Polícia (DP) ou Ministério Público Estadual (MPE), nem exigiu que ela lhe ressarcisse. Ela preferiu assumir a dívida, a ser paga em 48 meses (dos quais já foram pagos a metade), mas teria se afastado da amiga, embora ainda lhe convidasse para algumas festas que realiza, de aniversário e ladainhas religiosas, a contragosto de alguns amigos e outras pessoas conhecidas que souberam do ocorrido.

Nara, por sua vez, também se envolveu em um engodo ao decidir vender sua casa própria para seu sobrinho-neto. Ela narrou que decidiu vender o imóvel, por um preço abaixo do que fora acordado com aquele rapaz, trouxe algumas implicações à dona Nara. Ela passou um tempo morando “na casa de um e na casa de outro” até conhecer duas senhoras que intermediaram o contato com o ASVP. Ela não se adaptou em nenhum dos locais que viveu antes, por conta

de diferenças de costumes e hábitos que, muitas vezes, a “coabitação de gerações” (PEIXOTO, 2004) pode acarretar às pessoas “idosas”.

Assim, através das lembranças de dona Nara e Celeste, foi possível apreender fraudes, espoliações, logros e engodos financeiros que são cometidos contra pessoas “idosas”, conforme vemos e ouvimos, cada vez mais, nos noticiários de televisão, jornais impressos e conversas informais.

Uma rápida busca na internet apresenta inúmeras reportagens jornalísticas a respeito do assunto com chamadas/título de matérias como “idosos e fraudes”, “idosos e violência financeira”, “idosos e crimes financeiros”.

Em geral, de acordo com Alda Britto da Motta (2014), nas ocasiões em que o assunto é discutido, ele é visto pelo âmbito dos engodos praticados por parentes ou outras pessoas conhecidas, que se apossam de bens, proventos e, inclusive, pressionam os “idosos” a realizar empréstimos consignados¹³ em folha de pagamento, conforme fora narrado, respectivamente, por

¹³ Britto da Motta (2014) ressalta que esta modalidade de crédito foi bastante incentivada a partir de 2004. Inicialmente os empréstimos consignados poderiam ser quitados em 36 parcelas, mas o Conselho Nacional de Previdência ampliou este prazo em 2015. A partir de então, aposentados e pensionistas do INSS poderiam liquidar consignados em 72 parcelas. Os servidores federais, que fizessem parte do sistema eletrônico Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), por sua vez, contariam com até 96 parcelas para finalizar os consignados.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

dona Nara e dona Celeste. Todavia, as fraudes praticadas por bancos ou instituições financeiras têm se tornado cada vez mais frequentes no Brasil, segundo a autora, embora poucos estudos tenham abordado até então essa última modalidade.

De acordo com Juliana Rigo (2007), muitas pessoas idosas são alvo de golpes ou enrolação bancários em razão das dificuldades para realizar operações nos terminais eletrônicos de autoatendimento e, assim, acabam confiando que outras pessoas, conhecidas ou não, possam lhes ajudar.

Nesse sentido, baseados na confiança de uma amizade ou nos laços de parentesco, pessoas idosas podem entregar seu cartão magnético e senha para que um familiar, ou amigo, realize saques ou compras (como ocorrido com dona Celeste) ou, também, assinar alguma documentação de compra e venda de imóveis (conforme narrado por dona Nara). Podem, ainda, “cair” em outros golpes ao confiar na boa aparência, educação e gentileza de algum desconhecido ou desconhecida que se aproxime oferecendo ajuda, por exemplo, no momento em que estão tentando sacar dinheiro em um terminal de autoatendimento bancário.

Apesar dos conselhos de alertas e cuidados emitidos por funcionários de órgãos ligados à segurança pública, sobretudo, à população “idosa”, sobre os riscos do

compartilhamento de dados e informações pessoais a quaisquer pessoas, Rigo (2007) ressalva que muitos homens idosos e mulheres idosas ainda pedem informação e repassam seus dados pessoais, senhas, cartão bancário e documentos a pessoas desconhecidas.

Porém, a maioria dos estelionatos, fraudes, furtos e apropriações indébitas (de bens e documentos) cometidos contra “idosos”, ressalta a autora, são praticados por pessoas conhecidas ou familiares, tal como fora narrado por dona Celeste e dona Nara. Os únicos trabalhos que discutiram, especificamente, a respeito destes abusos e espoliações financeiras, na última década, foram elaborados por Juliana Rigo (2007) e Alda Britto da Motta (2014). As autoras se preocuparam em analisar a motivação e os desdobramentos da realização de empréstimos consignados contraídos, voluntariamente ou não, por pessoas “idosas”.

Nesse sentido, as fraudes e engodos financeiros que foram ressaltados por dona Celeste e dona Nara se aproximam, bastante, das assertivas de Rigo (2007) e Britto da Motta (2014), confirmando que pessoas próximas, como amigos e familiares, são os que mais enganam “idosos”.

Nesse sentido, as dificuldades financeiras mencionadas justificaram e impulsionaram, em sua maioria, as decisões

de Cristina, Celeste, Vera, Nara e Teodora por morarem em um abrigo na fase da velhice, uma vez que os benefícios previdenciários recebidos já não garantiam o sustento material de alimentos, moradia, transporte, saúde e etc.

Conclusões

Tomando as narrativas de História de Vida como base constituinte deste estudo, valorizei a significância que as narradoras trouxeram de suas experiências e, sobretudo, como as resignificaram no ato de narrar.

A interlocução com as narradoras buscou registrar diferentes testemunhos sobre acontecimentos passados, refletindo como ocorreram e o que desencadearam, ou deixaram de desencadear, tanto do ponto de vista individual como de suas inserções nas diversas relações sociais das quais fazem parte, incluindo resignificações dessa experiência no momento presente.

Também foi possível apreender, lembrando das assertivas de Bosi (2004), a fluidez do ato de rememorar por meio das conexões feitas entre “passado” e projeções “futuras” à medida que Cristina, Celeste, Teodora, Nara e Vera recordaram suas experiências de trabalho ao longo de toda a vida.

As recordações daquelas cinco mulheres me lembraram, também, que a memória individual está relacionada àquilo

que Halbwachs (2006) denomina de “quadros sociais” da vida humana, isto é, os grupos sociais com os quais ela conviveu (família, escola, trabalho, etc.).

A atuação das narradoras em atividades “fora do lar” chamam atenção para a questão da classe social, uma vez que mulheres pobres precisavam trabalhar para garantir seu sustento e, às vezes, de seus familiares. Experiências que apresentam deslocamentos em relação às construções discursivas do que era socialmente esperado das mulheres, em geral, nas décadas de 1940 a 1960: serem, prioritariamente, donas de casa, esposas e mães.

É pertinente lembrar, como destacam os trabalhos de Margareth Rago (1985), Jurandir Freire (1994), Carla Bassanezzi (1996) e Sandra Sousa (1998), que os papéis de “homens provedores” e “mulheres mães/esposas/donas de casa”, vigentes nas décadas de 1940 a 1960, são construções discursivas e performativas de gênero que circularam em diferentes contextos e camadas sociais.

Contudo, apesar de se disseminarem como aquilo que era considerado como norma social, Cristina, Teodora, Vera, Nara e Celeste mostraram, ao narrarem a respeito de suas práticas cotidianas, que mulheres de determinadas camadas sociais atuavam no



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mundo do trabalho para promover o próprio sustento, assim como de familiares.

Nesse sentido, o trabalho para se sustentar ou ajudar familiares impedia a formação escolar de alto nível (para inserção no mercado de trabalho de melhor remuneração), fazendo como que Cristina, Teodora, Vera, Nara e Celeste recebessem baixos valores previdenciários na fase da velhice.

Desse modo, as narrativas destacaram que a falta de percepção a respeito dessas questões, ao longo da vida adulta, gerou muitos ressentimentos, arrependimentos e algumas implicações nas vidas dessas mulheres, tais como residir no Abrigo São Vicente de Paulo.

Referências

ALBERTI, Verena. Tratamento das entrevistas de Historia Oral no CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1505.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ALVES, Carla Maria Lobato. (En)gendramento na passagem do tempo: vivências de mulheres. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

BASSANEZZI, Carla. Virando páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica: arte e política. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDO, Terezinha. Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo. São Paulo: UNESP, 1993.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº283, de 26 de setembro de 2005. Disponível em:

<http://www.saude.mg.go.br/atos_normativos/legislacaosanitaria/estabelecimentosde-saude/atencao-ao-idoso/RES_283.pdf>. Acesso em 15 jan. 2015.

_____. Decreto nº 8.618, de 30 de dezembro de 2015. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8618.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9255.htm>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. Lei nº 13.152, de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13152.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRITO DA MOTTA, Alda. Violência financeira e desamparo dos mais idosos. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Sociais e Humanidades (CONINTER), 3, 2014, Salvador. Anais III Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Salvador, 2014. p.88-102. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2010/07.%20MOTTA.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. (Trad.) Renato Aguiar. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal e COELHO, Maria José. Políticas públicas para saúde do idoso: revisão sistemática. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, v.63, n.2, p.279-282, mar./abr. 2008.

FERREIRA, Marieta Moraes de. Desafios e dilemas da História Oral no Brasil nos anos 90. História Oral. São Paulo, n.1, p.19-30, jun. 1998.

FREIRE, Jurandir. Norma médica e ordem familiar. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CARVALHO, Vanessa Lôbo. Perfil das instituições de longa permanência para idosos situadas em uma capital do Nordeste. Cadernos Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.184-191. 2014.

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processos de envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERREIRA, Marieta Moraes de. Desafios e dilemas da História Oral no Brasil nos anos 90. História Oral. São Paulo, n.1, p.19-30, jun. 1998.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE. SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35. IBGE-Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

MICHEL, Tatiane. A vivência em uma Instituição de Longa Permanência: significados atribuídos pelos idosos. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná.

PEIXOTO, Clarice. Família e envelhecimento. Rio de Janeiro: FGV, 2004. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org. e Int.). Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1998. p.14-43.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RIGO, Juliana Ravedutti. Empréstimo consignado: repercussões sociais relacionadas à vida dos idosos do município de Palhoça/SC. Monografia (Curso Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Mulher e Folia: a participação das mulheres nos bailes de máscara do carnaval de São Luís nos anos 50 e 60. São Luís: Ed. Litograph, 1998.

_____. Mulheres em movimento: memória da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

relações de gênero, nos anos 1970 e 1980.
São Luís: EDUFMA, 2007.